



DECLARAÇÃO DE SAN ANTONIO

Nós, os presidentes, delegados e membros dos Comitês Nacionais do ICOMOS das Américas, reunimo-nos em San Antonio, Texas, Estados Unidos da América, desde 27 até 30 de Março de 1996, no Simpósio InterAmericano sobre a Autenticidade na Conservação e na Gestão do Património Cultural, para discutirmos o significado da autenticidade da preservação nas Américas. Respondemos assim ao pedido enviado pelo Secretário Geral do ICOMOS para a participação regional no debate internacional sobre este assunto.

A. ANTECEDENTES

Durante os anteriores doze meses, alguns membros dos Comitês Nacionais do ICOMOS das Américas estudaram, leram e discutiram os documentos produzidos em 1994 pelo encontro de especialistas em Bergen, na Noruega, e em Nara, no Japão, assim como outros documentos pertinentes. Na preparação para a assembleia de San Antonio, cada Comité Nacional preparou e submeteu um Documento de Posição Nacional que resumia os resultados das suas conclusões nacionais e regionais.

B. CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE

Tendo discutido a natureza, a definição, as provas e a gestão da autenticidade relativa ao património arquitectónico, urbano, arqueológico e à paisagem cultural das Américas, numa assembleia que esteve aberta aos membros de todos os Comitês Nacionais do ICOMOS das Américas, bem como às organizações para a preservação das suas regiões, redigimos o seguinte sumário para as nossas descobertas e recomendações :

1. AUTENTICIDADE E IDENTIDADE

A autenticidade do nosso património cultural está directamente relacionada com a nossa identidade cultural. As culturas e o património das Américas são distintas das dos outros continentes por causa do seu desenvolvimento e influências únicos. As nossas línguas, as nossas estruturas sociais, os nossos meios económicos e as nossas crenças espirituais variam em todo o continente, e no entanto, são fortes laços comuns que unificam as Américas. Entre eles está o nosso património autóctone, que não foi inteiramente destruído apesar da violência da Era da Conquista e do persistente processo de aculturação; o património dos colonizadores Europeus e dos escravos Africanos que, em conjunto, ajudaram a construir as nossas nações e, finalmente, a mais recente contribuição dos imigrantes Europeus e Asiáticos que vieram em busca de um sonho de liberdade e que ajudaram a consolidá-lo. Todos estes grupos contribuíram para o rico e sincrético multiculturalismo que enforma a nossa dinâmica identidade continental.

Como a identidade cultural está no núcleo de uma comunidade e de uma vida nacional, ela é o fundamento do nosso património cultural e da sua conservação. Dentro da diversidade cultural das Américas, coexistem no mesmo espaço e no mesmo tempo grupos com identidades separadas e, por vezes, no tempo e no espaço, partilhando manifestações culturais, mas atribuindo-lhes frequentemente valores diferentes. Nenhuma nação da América tem uma identidade nacional única; a nossa diversidade forma o somatório das nossas identidades nacionais.

A autenticidade dos nossos recursos culturais fundamenta-se na identificação, na avaliação e na interpretação dos seus verdadeiros valores conforme compreendidos no passado, pelos nossos antepassados, e no presente, por nós mesmos, como uma comunidade envolvente e diversa. Assim sendo, as Américas devem reconhecer os valores das maiorias e das minorias sem imporem uma predominância hierárquica de uma cultura e dos seus valores sobre as dos outros.

O valor cultural total do nosso património só pode ser compreendido através de um estudo objectivo da história, dos elementos materiais inerentes ao património tangível, e de uma profunda compreensão das tradições intangíveis associadas ao património tangível.

Quando se toma em consideração o valor dos sítios do património em relação com a identidade cultural, as Américas enfrentam o problema global da homogeneização cultural que tende a diluir e a apagar os valores locais em favor dos que estão a ser universalmente avançados, frequentemente como ilusões estereotipadas com finalidades comerciais. Isto enfraquece o papel dos sítios património. Ao mesmo tempo que aceitamos a importância dos valores tradicionais como instrumento de identidade étnica e nacional, rejeitamos o seu uso para a promoção de nacionalismos exacerbados e de outras atitudes conflituosas que poderiam conduzir o nosso continente para longe do respeito mútuo e da paz permanente.

2. AUTENTICIDADE E HISTÓRIA

Uma compreensão da história e do significado de um sítio ao longo do tempo são elementos cruciais para a identificação da sua autenticidade. A compreensão da autenticidade de um sítio património depende de uma avaliação abrangente do significado desse sítio por aqueles que lhe estão associados ou que o reclamam como parte da sua história. Por esta razão, é importante que se compreendam as origens e a evolução do sítio, assim como dos valores que lhe estão associados. As variações no significado e nos valores de um sítio podem, por vezes, estar em conflito, e embora esse conflito necessite de ser meditado, ele pode, de facto, enriquecer o valor do sítio património por ser o ponto de convergência dos valores de vários grupos. A história de um sítio não deve ser manipulada para se realçarem os valores dominantes de certos grupos em relação aos de outros.

3. AUTENTICIDADE E MATERIAIS

A fábrica material de um sítio cultural pode ser a principal componente da sua autenticidade. Como realçado no artigo nono da Carta de Veneza, a presença de elementos antigos e originais faz parte da natureza básica de um sítio património. Esta Carta também indica que os elementos materiais do nosso património tangível são portadores de informação importante sobre o nosso passado e sobre a nossa identidade. Estas mensagens incluem informação sobre a criação original do um sítio, assim como sobre as mensagens sobrepostas que resultam da interacção entre o recurso e as novas e diferentes circunstâncias culturais. Por estas razões, estes materiais e o seu enquadramento têm que ser identificados, avaliados e protegidos. No caso das paisagens culturais, deve ser ponderada a importância da fábrica material em conjunto com o carácter e com os componentes imateriais e distintivos do sítio.

Ao longo dos tempos, os sítios património adquirem um valor testemunhal – que pode ser estético, histórico ou de outra natureza – que se torna rapidamente evidente para a maioria da sociedade. Além deste valor testemunhal, existem valores documentais menos evidentes que requerem uma compreensão da fábrica histórica para se identificar o seu significado e a sua mensagem. Como o valor documental responde a questões em evolução postas pela comunidade ao longo dos tempos, é

importante que seja preservada a evidência material, definida em termos de configuração, materiais, manufatura, localização e contexto, para se referir a sua capacidade para continuar a manifestar e a transmitir esses valores ocultos às gerações actual e futuras.

O grau a que são substituídos os documentos em falta, como parte dos tratamentos de restauro, varia nas Américas de acordo com as características culturais de cada país. Algumas políticas nacionais indicam que o que está perdido faz parte da nossa memória e não do nosso património. Noutros locais, as políticas encorajam a substituição de elementos totalmente documentados na forma facsimilada, para se restabelecer o significado total do sítio. No entanto, enfatizamos que só a fábrica histórica é autêntica, e que as interpretações conseguidas através do restauro não o são; elas só conseguem representar autenticamente o significado de um sítio conforme compreendido num dado momento. Além disso, rejeitamos universalmente que o restauro seja fundamentado em conjecturas ou em hipóteses.

À parte do acima exposto, existem sectores importantes do nosso património que são construídos com materiais perecíveis que exigem substituições periódicas de acordo com artes tradicionais, para se garantir a continuidade do seu uso. De forma similar, existem sítios património construídos com materiais duráveis, mas sujeitos a danos provocados por catástrofes naturais periódicas, tais como sismos, inundações e furacões. Nestes casos, também afirmamos a validade da utilização das técnicas tradicionais para a sua reparação, especialmente quando essas técnicas ainda estiverem em uso na região, ou quando abordagens mais sofisticadas forem economicamente proibitivas.

Reconhecemos que, em certos tipos de sítios património, tais como as paisagens culturais, a conservação do carácter global e das tradições, tais como os padrões, as formas e o valor espiritual, pode ser mais importante do que os elementos físicos do sítio, e como tal, pode exercer precedência. Assim, a autenticidade é um conceito muito mais amplo do que a integridade material e os dois conceitos não devem ser assumidos como equivalentes ou consubstanciais.

4. AUTENTICIDADE E VALOR SOCIAL

Para além da evidência material, os sítios património podem comportar mensagens espirituais profundas que sustentam a vida comunitária, ligando-a ao passado ancestral. Este significado espiritual é manifestado através de costumes e de tradições, tais como os padrões de povoamento, as práticas de utilização da terra, e as crenças religiosas. O valor destes intangíveis é uma parte inerente do património cultural, e como tal, a sua ligação com o significado dos elementos tangíveis dos sítios deve ser cuidadosamente identificada, avaliada, protegida e interpretada.

O objectivo da preservação da memória e das suas manifestações culturais deve ser abordado através do desejo de enriquecimento da espiritualidade humana, para além do seu aspecto material. A investigação histórica e as observações da fábrica física não são suficientes para se identificar o significado de um sítio património, uma vez que só as comunidades correspondentes, que tenham raízes no sítio, podem contribuir para a compreensão e para a expressão dos valores mais profundos do sítio como âncoras para a sua identidade cultural.

Nas paisagens culturais, incluindo as áreas urbanas, o processo de identificação e de protecção do valor social é complexo porque podem estar envolvidos muitos grupos de interesse distintos. Nalguns casos, esta situação é ainda mais complicada porque os grupos indígenas tradicionais estão, actualmente, a adoptar novos e, por vezes, conflituantes valores que florescem a partir da economia de mercado e do seu desejo de maior integração social e económica na vida

nacional. Reconhecemos que o desenvolvimento sustentado pode ser uma necessidade para aqueles que habitam em paisagens culturais, e que pode ser desenvolvido um processo de mediação dirigido à natureza dinâmica desses sítios por forma a que todos os valores possam ser devidamente levados em consideração. Também reconhecemos que, em certos casos, existe uma hierarquia de valores que está relacionada com as raízes de certos grupos num determinado sítio.

5. A AUTENTICIDADE NOS SÍTIOS DINÂMICOS E NOS SÍTIOS ESTÁTICOS

O património das Américas inclui sítios culturais dinâmicos que continuam a ser activamente usados pela sociedade, assim como sítios estáticos, tais como os sítios arqueológicos, que já não são usados pelos descendentes dos seus construtores. Estes dois tipos de sítios têm naturezas diferentes; as suas necessidades de conservação, a determinação da sua autenticidade e a sua interpretação variam de acordo com o seu carácter.

Os sítios culturais dinâmicos, tais como as cidades e as paisagens históricas, podem ser considerados como sendo o produto de muitos autores ao longo de um grande período de tempo, cujo processo de criação ainda hoje continua. Esta adaptação constante às necessidades humanas pode contribuir activamente para a manutenção da continuidade entre a vida passada, presente e futura das nossas comunidades. Através deles, as nossas tradições são mantidas ao evoluírem para responderem às necessidades da sociedade. Esta evolução é normal e forma uma parte intrínseca do nosso património. Algumas alterações físicas associadas com a manutenção de padrões tradicionais de uso comunitário não diminuem necessariamente o seu significado e podem, na verdade, valorizá-lo ainda mais. Assim, tais alterações materiais podem ser aceitáveis como parte da evolução actualmente em curso.

Os sítios culturais estáticos incluem valores tais como a obra concluída de um autor em particular, ou de um grupo de autores, cujas mensagens original e iniciais não foram transformadas. Eles são apreciados pelo seu valor estético e pelo seu significado na comemoração de pessoas e de eventos importantes para a história da comunidade, da nação, ou do mundo. Nesses sítios, que são frequentemente reconhecidos como estruturas monumentais, a fábrica física requer o mais elevado nível de conservação para se limitarem quaisquer alterações no seu carácter.

Outro tipo de sítio que pode ser estático é o sítio arqueológico cujo objectivo comunitário e social activo já esmoreceu ou, mesmo, cessou. Por uma variedade de razões, os descendentes dos criadores originais e dos habitantes tradicionais perderam a sua ligação directa com a fábrica física do sítio, enfraquecendo também, por isso mesmo, a sua capacidade para compreenderem e interpretarem o significado e o valor desse sítio. Como as culturas pré-Europeias das Américas não sabiam escrever, a ligação mais directa a esse passado baseia-se na evidência material dos sítios arqueológicos, com a complicação adicional de que a informação que eles oferecem é incompleta e, por vezes, aleatória. A autenticidade dos sítios arqueológicos é não-renovável. Ela reside nos seus elementos materiais e no seu contexto, ou seja, no relacionamento das estruturas e dos objectos entre si e com as envolventes físicas. A autenticidade pode ser destruída quando o contexto do sítio não está adequadamente documentada, quando forem eliminadas camadas para se alcançarem outras mais profundas, quando é feita uma escavação total, e quando os achados não são rigorosa e largamente disseminados. Por estas razões, devem ser mantidos testemunhos da estratigrafia original para que as futuras gerações os possam analisar com técnicas mais sofisticadas do que as que existem actualmente.

Só através do estudo, da publicação e da pesquisa da evidência física é que estes sítios e os respectivos objectos conseguem manifestar novamente os seus valores e restabelecerem as suas

ligações com a nossa actual identidade cultural. No entanto, a interpretação dos sítios pode apenas reflectir autenticamente interesses e valores flutuantes, e, por si mesma, a interpretação não é inerentemente autêntica, apenas honesta e objectiva. Por estas razões, a totalidade da evidência física na sua integridade exige as mais profundas documentação, protecção e conservação para que a objectividade e a interpretação possam responder à informação nova proveniente dessa fábrica.

Seja qual for o tipo do sítio, os tratamentos contemporâneos devem salvar o carácter de todos os recursos culturais sem transformar a sua essência e o seu equilíbrio. Os elementos novos devem ser harmoniosos com o carácter do conjunto.

6. AUTENTICIDADE E TUTELA

O património das Américas é caracterizado por padrões muito heterogéneos de propriedade e de tutela. Enquanto que muitos sítios estão adequadamente protegidos pelos seus tutores, por vezes, alguns sítios estão sob jurisdição de autoridades locais a quem falta a capacidade para determinarem adequadamente o valor global dos sítios ou os tratamentos adequados para a sua conservação. Outras vezes, os habitantes originais que criaram e tomaram conta de um sítio cultural foram substituídos por novas populações que têm pouca ou nenhuma afinidade cultural com esse sítio, e que lhe atribuem pouco ou nenhum valor, deixando-o ao abandono e à degradação. Esta situação exige que as autoridades nacionais e locais adequadas, bem como os actuais proprietários, tutores ou habitantes, tomem urgentemente consciência completa do valor que outros sectores maioritários ou minoritários da população podem atribuir a esse sítio. As comunidades e as autoridades constituídas devem proporcionar os meios para o correcto conhecimento e avaliação do património, para a sua protecção e conservação, e para a promoção da sua fruição artística e espiritual, assim como para o seu uso educativo.

7. AUTENTICIDADE E ECONOMIA

A autenticidade dos sítios património baseia-se intrinsecamente na sua fábrica física, e extrinsecamente nos valores a eles associados por essas comunidades que neles têm as suas raízes. Os turistas constituem um desses grupos que valorizam o sítio e que têm interesse no seu significado e na sua conservação.

Como o turismo cultural é, frequentemente, uma substancial fonte de rendimentos para as economias locais e nacionais, o seu desenvolvimento é aceitável, conforme originalmente formulado nas Normas de Quioto. Mesmo assim, não deve ser permitido que os valores limitados que os turistas podem proporcionar a um sítio, e que as preocupações económicas sobre os rendimentos do turismo, sejam o critério dominante na conservação e na interpretação de um sítio. Isto é especialmente verdade quando a autenticidade da fábrica e do seu contexto, e os mais amplos valores e mensagem do sítio forem alterados, diminuídos ou ameaçados.

Nas Américas, a autenticidade de muitos sítios arqueológicos foi comprometida através de reconstruções. Apesar do seu valor educativo, as reconstruções destinadas à promoção do turismo reduzem a autenticidade de tais sítios pelo envolvimento de mãos novas, de materiais novos e de critérios novos, bem como pela alteração da aparência do sítio.

Além disso, dentro do enquadramento do desenvolvimento económico, o problema das populações permanentemente pobres permanece um factor crítico nos núcleos urbanos de muitas cidades históricas das Américas.

Não se consegue estabelecer uma consciência do valor cultural do património urbano nesses sectores pobres sem uma abordagem abrangente que resolva a sua marcada marginalidade material e social.

C. RECOMENDAÇÕES

Tendo em consideração as anteriores questões, nós os Presidentes dos Comitês Nacionais do ICOMOS das Américas propomos para discussão, à Assembleia Geral em Sofia, as seguintes recomendações gerais, assim como as recomendações dos grupos de discussão específica, formuladas em San Antonio pelos participantes do Simpósio InterAmericano sobre a Autenticidade na Conservação e Gestão do Património Cultural. Além disso, nós reconhecemos e recomendamos o Documento de Nara como um instrumento válido para discussão, e aprovamos os comentários anexos ao Documento de Nara com base nas necessidades que identificamos em relação ao património da Américas :

1. RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a) Que seja transmitido o nosso agradecimento aos membros do US/ICOMOS, ao Getty Conservation Institute e à San Antonio Conservation Society pela organização e pelo patrocínio do Simpósio InterAmericano sobre a Autenticidade, e que as autoridades da Cidade de San Antonio, Texas, sejam reconhecidas pela sua hospitalidade durante o nosso encontro e pelos seus feitos na preservação do património da sua bonita cidade histórica.
- b) Que seja estabelecido um processo que auxilie a definir e a proteger a autenticidade dos legados materiais e dos diversos patrimónios culturais, e que conduza ao reconhecimento de uma larga gama de recursos significativos através de uma avaliação abrangente e específica do valor cultural, do contexto administrativo e da história do sítio. A Carta de Burra e as suas linhas de orientação operacionais podem servir como modelo para este processo. Tal processo deve incluir mecanismos de gestão que garantam o envolvimento de todos os grupos correspondentes. Devem ser incluídos peritos individuais representativos de uma larga gama de disciplinas e de interesses no processo de determinação do significado e dos tratamentos de um sítio património, todos os grupos relevantes para o processo e outras partes interessadas ou afectadas.
- c) Que deve ser prestada maior consideração às provas de autenticidade para que possam ser identificados marcadores para a referida determinação de uma forma tal que todos os valores significativos do sítio possam ser estabelecidos. Seguem-se alguns exemplos de marcadores :
 - i) **Reflexão sobre o valor real.** Ou seja, se o recurso ainda permanece na condição da sua criação e se reflecte toda a sua história significativa.
 - ii) **Integridade.** Ou seja, se o recurso está fragmentado; quanto é que falta, e quais são as suas adições recentes.

- iii) **Contexto.** Ou seja, se o contexto e/ou a envolvente corresponde ao original ou a outros períodos significativos; e se eles valorizam ou diminuem o significado.
 - iv) **Identidade.** Ou seja, se a população local se identifica com o sítio, e qual a identidade que o sítio reflecte.
 - v) **Uso e função.** Ou seja, quais os padrões tradicionais de uso que caracterizaram o sítio.
- d) Que, dada a natureza abrangente do património cultural, os princípios existentes contidos em todas as cartas e em todas as declarações pertinentes sejam consolidados como parte do desenvolvimento de uma abordagem abrangente e de uma linha de orientação para a prática da conservação do património. Entres as quais estão incluídas a Carta de Veneza, as Linhas de Orientação Arqueológicas da UNESCO – 1965, a Carta de Burra, a Declaração de Oaxaca, a Carta de Florença, a Carta de Washington, o Documento de Nara, a Carta de Brasília, esta Declaração de San Antonio, etc.

2. RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DE ARQUITECTURA E URBANISMO

- a) Que seja dado o devido reconhecimento aos valores inerentes à diversidade cultural dos nossos centros urbanos históricos.
- b) Que sejam estabelecidos programas entre os muitos grupos culturais para o desenvolvimento de uma maior consciência sobre a multiplicidade dos seus valores.
- c) Que, através de programas adicionais de consciencialização e de educação, as autoridades governamentais e os grupos de tutela fiquem mais conscientes sobre o papel dos valores sociais e culturais na protecção da autenticidade dos edifícios e dos sítios.
- d) Que sejam instituídos processos flexíveis e abertos para consulta e mediação, ao nível local, para se identificarem os valores comunais e outros aspectos de significado cultural nos bairros históricos urbanos.
- e) Uma vez que os bairros urbanos e as cidades históricas são um tipo de paisagem cultural, que também sejam aplicadas a este sector do património as muitas recomendações emitidas pelo Grupo de Paisagens Culturais.

3. RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

- a) Que, por parte do ICOMOS, seja prestada mais atenção à autenticidade nos sítios arqueológicos. Talvez por causa da composição dos membros do ICOMOS, não tem havido suficiente preocupação nas Américas sobre este tipo de património.
- b) Que deve ser dedicada mais análise ao relacionamento que a autenticidade deve ter com actividades tais como a estabilização, a consolidação, a construção de abrigos de protecção, etc.

- c) Que a documentação descritiva e rigorosa deve ser um requisito absoluto em todos os trabalhos de arqueologia. Conforme os sítios são escavados, eles são esvaziados de informação, tal como livros em que vão desaparecendo páginas. A interpretação não é controlável, mas o registo é. O registo arqueológico deve ser verdadeiro e fiável – por outras palavras, deve ser autêntico, objectivo e rigoroso.
- d) Que todas as intervenções e escavações em sítios arqueológicos devem ser sempre acompanhadas pela implementação de um plano de conservação e protecção permanente.
- e) Que seja dada a devida protecção à autenticidade da evidência arqueológica quando os sítios estiverem ameaçados pelo avanço urbano ou por obras de construção civil, tais como a construção de estradas.
- f) Que a autenticidade seja protegida antes da inundação artificial e da constru o de barragens, através da exaustiva documenta o da área, com as técnicas de salva o apropriadas para a evidência arqueológica, e seguidas pela publica o dos resultados.
- g) Que se os sítios escavados não poderem ser adequadamente tratados e geridos, devem ser consideradas medidas de conserva o – tais como o re-enterramento do sítio – para se garantir que   mantido o mesmo nível ao longo das épocas.
- h) Que uma larga parte da autenticidade de um sítio arqueológico reside nos vestígios arqueológicos enterrados e não perturbados do aterro, e, como tal, esse sítio deve ser escavado ao mínimo possível pelos arqueólogos, apenas na extensão necessária para se determinar o significado desse sítio.
- i) Que alguns sítios arqueológicos ainda são considerados sagrados pelos descendentes dos seus criadores, e, como tal, devem ser minimamente perturbados, ou não devem ser perturbados de todo, pelos arqueólogos ou pelo desenvolvimento.

4. RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DAS PAISAGENS CULTURAIS

- a) Que sejam estabelecidos processos de negocia o para mediar entre os diferentes interesses e valores dos muitos grupos que possuem ou vivem nas paisagens culturais.
- b) Uma vez que as paisagens são complexas e dinâmicas, que o processo de determina o e de protec o da autenticidade seja suficientemente flexível para incorporar esta característica dinâmica.
- c) Que o conceito de desenvolvimento sustentável e o seu relacionamento com a gestão das paisagens culturais seja definido por forma a incluir preocupa es econ micas, sociais, espirituais e culturais.
- d) Que a conserva o da paisagem cultural procure um equilíbrio entre o significativo natural e os recursos culturais.
- e) Que as necessidades e os valores das comunidades locais sejam tidos em considera o quando for determinado o futuro das paisagens culturais.

- f) Que seja feito um esforço adicional em metodologias de legislação apropriada e de planeamento governamental para a protecção dos valores associados às paisagens culturais.
- g) Uma vez que a conservação da autenticidade das paisagens culturais, do carácter geral e das tradições, tais como os padrões, as formas, o uso da terra e o valor espiritual do sítio, podem ter precedência sobre os aspectos material e de projecto, deve ser estabelecido um relacionamento claro entre os valores e a prova da autenticidade.
- h) Que as avaliações periciais multidisciplinares se tornem num requisito para determinação da autenticidade das paisagens culturais, e que esses grupos de peritos incluam cientistas sociais que possam articular rigorosamente os valores das comunidades locais.
- i) Que a autenticidade das paisagens culturais possa ser protegida contra grandes alterações no uso da terra e contra a construção de grandes obras públicas e privadas, pedindo-se às autoridades responsáveis e às organizações financiadoras que empreendam estudos de impacto ambiental que conduzam à mitigação dos impactos negativos sobre a paisagem e sobre os valores tradicionais associados a esses sítios.

5. RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AO DOCUMENTO DE NARA

Que os comentários anexos ao Documento de Nara sejam considerados em todos os documentos e linhas de orientação internacionais como uma reflexão sobre a definição, a comprovação e a protecção da autenticidade do Património Cultural das Américas.

ANEXO À DECLARAÇÃO DE SAN ANTONIO

COMENTÁRIO SOBRE O DOCUMENTO DE NARA

Resultante das discussões entre os participantes do Simpósio InterAmericano sobre a Autenticidade na Conservação e na Gestão do Património Cultural, organizado pelo US/ICOMOS, pelo Getty Conservation Institute e pela San Antonio Conservation Society, San Antonio, Texas, 27 a 30 de Março de 1996.

Em primeiro lugar e antes de tudo o mais, os participantes no Simpósio alargam as suas felicitações ao comité de redacção do Documento de Nara por essa importante e atempada contribuição no campo da protecção do património cultural. Reconhecemos, também, que esse Documento foi discutido e aprovado pelos participantes no Documento de Nara e que, assim, ele não está sujeito a alterações. No entanto, como ele foi posto à disposição da comunidade global da conservação, para estudo e discussão, é importante que seja analisada a sua relevância para o património cultural das Américas. É com esse espírito que os seguintes comentários são oferecidos :

INTRODUÇÃO

O Prefácio do Documento de Nara declara,

“Os peritos consideraram que é essencial um diálogo alargado em diferentes regiões do mundo, e entre grupos especialistas preocupados com a diversidade do património cultural, para se refinar mais o conceito e a aplicação da autenticidade no que se refere ao património cultural. Esse diálogo em curso deve ser encorajado pelo ICOMOS, pelo ICCROM, e pelo World Heritage Centre, e deve ser levado à atenção dos Comités conforme seja apropriado.”

Tendo presente esta recomendação, o US/ICOMOS aceitou o desafio de organizar um encontro entre presidentes, delegados e membros dos comités do ICOMOS das Américas, a ser reunido em San Antonio, Texas, para considerar as definições e a aplicabilidade da autenticidade na conservação e gestão do património cultural das suas regiões. Uma das tarefas abordadas pelo grupo foi uma cuidadosa revisão dos artigos do Documento de Nara com o objectivo de examinar se o ponto de vista Americano está totalmente representado nesse documento.

Foi reconhecido por todos os presentes que o Documento de Nara representa um considerável trabalho diplomático e substantivo pela parte dos indivíduos envolvidos no seu desenvolvimento. Os participantes do simpósio de San Antonio concordam com o grupo de Nara em que o assunto em questão é o trabalho de preservação em todo o mundo, bem como a sua mais aproximada definição e a mais minuciosa compreensão da sua profunda e atempada importância para a comunidade profissional. Também pensam que, embora o Documento de Nara esteja dirigido para a necessidade de ser implementada a Convenção Mundial do Património, pela sua natureza própria, esse Documento vai encontrar uma aplicação mais alargada. Portanto, alguns dos nossos

comentários podem ter em vista o seu significado mais alargado. Enquanto que o Documento de Nara vai, certamente, encontrar um lugar na interpretação da Convenção Mundial do Património e na aplicação de outras linhas de orientação, o grupo de San Antonio sentiu que diversos assuntos substantivos que vieram à superfície podem, com utilidade, ser apresentados ao ICOMOS no fórum da Assembleia Geral do ICOMO em Sofia, Bulgária, em Outubro de 1996, bem como ao World Heritage Comitee.

DISCUSSÃO DO DOCUMENTO

Em geral, o grupo acredita que o Documento de Nara é uma boa discussão articulada sobre assuntos complexos, apesar da dificuldade em se compatibilizarem estreitamente as suas versões Inglesa e Francesa. Em diversos artigos [Artigos 6, 12 e 13], o texto Inglês parece fraco em comparação com o Francês, e o significado dos dois textos não corresponde exactamente entre si, tornando difícil determinar-se qual deles reflecte a verdadeira intenção dos autores. Os comentários sobre este ponto foram feitos com a compreensão de que o documento tinha sido produzido sob condições de tempo muito difíceis, e que ainda estão em curso algumas revisões de linguagem.

Mais especificamente, foram escolhidos seis dos artigos por apresentarem oportunidades para mais discussão dentro do contexto das preocupações dos Comités Nacionais do ICOMOS das Américas e da natureza do nosso património cultural.

ARTIGO 1

Os participantes no Simpósio InterAmericano pensam que, nas Américas, o conceito de participação pela comunidade local e pelas pessoas interessadas necessita de ser mais forte do que o texto implica, para que eles possam ser envolvidos em todo o processo desde o seu início. Por exemplo, ao identificar as fases para esse envolvimento, o Documento de Nara exclui a comunidade local do processo de identificação.

ARTIGO 4

O grupo de San Antonio pensa que, nas Américas e, talvez, noutros sítios, o uso das palavras “nacionalismo” e “minorias” é inadequado, porque elas não cobrem o caso bastante vulgar, neste hemisfério, em que uma minoria dentro de uma nação pode ter mais influência e pode impor os seus valores culturais sobre grupos maiores, por vezes maioritários, embora partilhando todos uma identidade nacional comum.

Além disso, foi avançado o conceito de que este artigo omite um mecanismo importante na procura da identidade cultural nas Américas, que é o restabelecimento de valores perdidos ou de novos valores nas tradições e no património culturais enfraquecidos, especialmente os que estão associados ao património nativo Americano.

ARTIGO 5

Em San Antonio discutiu-se a forma pela qual este artigo incorpora uma muito importante característica das Américas, que é a coexistência próxima de grupos culturais largamente diferentes, incluindo, em casos extremos, a vizinhança estreita de sociedades pós-industriais, altamente

tecnológicas, com tribos nómadas que vivem em interacção próxima com o ambiente natural. Pensou-se que esta coexistência tem que ser reconhecida e respeitada através do processo de conservação.

ARTIGO 8

A responsabilidade pelo património cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou, e, subsequentemente, àquela que dele toma boa conta. No entanto, para além destas responsabilidades, a adesão às cartas e convenções internacionais, desenvolvidas para a conservação do património cultural, obriga também à consideração dos princípios e das responsabilidades que delas decorrem. Equilibrar os seus requisitos próprios com os das outras comunidades culturais é, para cada comunidade, altamente desejável, desde que a obtenção desse equilíbrio não vá minar os seus valores culturais fundamentais.

A primeira frase deste artigo,

“É importante sublinhar-se um princípio fundamental da UNESCO, ao abrigo do qual o património cultural de cada um é o património cultural de todos.”

reflecte uma ideia importante no contexto do Património Mundial, mas este grupo sente fortemente que, num contexto mais alargado, essa frase pode levar a graves interpretações erradas. Primeiro, a declaração *“o património cultural de cada um é o património cultural de todos”* pode ser usada para fundamentar a ideia de que as decisões sobre o património de uma nação podem ser correctamente tomadas por autoridades estrangeiras. A menos que o sítio ou monumento esteja na Lista do Património Mundial, esta foi encarada como sendo uma possibilidade inapropriada que poderia minar a soberania. Em segundo lugar, e no outro extremo, esta declaração também pode ser usada para fundamentar a abdicação de responsabilidade de uma nação em tratar do seu património, quando o devia fazer.

Enquanto que a segunda frase pode parecer ter este significado, a actual formulação da primeira frase enfraquece a sua força :

“A responsabilidade pelo património cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou e, subsequentemente, àquela que dele toma boa conta.”

O grupo de San Antonio pensa que, onde a comunidade que criou o património ainda for a sua tutela ou onde ainda tiver raízes na sua sobrevivência, ela deve ser responsável pelo seu cuidado. Quando o património tiver passado para a guarda comum de uma nação onde fica situado, essa nação deve assumir a responsabilidade. Mais uma vez aqui, o problema pode residir na tradução.

A última frase do Artigo 8,

“Equilibrar os seus requisitos próprios com os das outras comunidades culturais é, para cada comunidade, altamente desejável desde que a obtenção desse equilíbrio não vá minar os seus valores culturais fundamentais.”

também é problemática na sua actual formulação, porque a identificação dos *“valores culturais fundamentais”* não é possível nem desejável neste contexto.

ARTIGO 10

Pensou-se que este texto não reflecte completamente as preocupações das Américas porque ele não declara directamente que, na compreensão da autenticidade, é crucial reconhecer-se a natureza dinâmica dos valores culturais, e que, para se conseguir essa compreensão, devem ser evitados critérios estáticos e inflexíveis.

ARTIGO 11

Os participantes entendem que este Artigo tem falta das necessárias clareza e ênfase que lhe deveriam ser proporcionadas pela reiteração, na sua última frase, da definição sobre o que constitui o contexto cultural :

- a. sobre o que o criou;
- b. a quem ele pertence actualmente;
- c. o contexto cultural mais alargado até à extensão possível.